

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA  
NÚCLEO DE ENSINO SUPERIOR DE MANACAPURU – NESMAN  
CURSO DE ARQUEOLOGIA**

**JAKSON VASCONCELOS COELHO**

**PRESERVAÇÃO EM DEBATE: PRÁTICA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO  
BAIRRO DA TERRA PRETA EM MANACAPURU-AM**

**Manacapuru – AM**

**2017**

**JAKSON VASCONCELOS COELHO**

**PRESERVAÇÃO EM DEBATE: PRÁTICA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO  
BAIRRO DA TERRA PRETA EM MANACAPURU-AM**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito final para conclusão do curso de bacharelado em arqueologia da Universidade do Estado do Amazonas – UEA.

Orientador: Prof. MSc. Milke Cabral Alho

Manacapuru – AM

2017

## **DEDICATÓRIA**

Aos nossos pais e familiares, que foram grandes incentivadores e que sempre acreditaram nos nossos sonhos.

## **AGRADECIMENTOS**

Nessa oportunidade, gostaria de expressar, o tanto que as palavras me permitem, o quanto sou grato a todos que de alguma forma tornaram esse trabalho possível. Agradeço, primeiramente, a meu orientador, Prof. Msc. Milke Cabral Alho, por ter aceitado adentrar nessa jornada comigo. Milke, palavras não são capazes de demonstrar minha eterna gratidão por você. Obrigada por toda a orientação, por acreditar em mim e confiar na força desse trabalho. E também, a você sou grato pela compreensão, amizade e companheirismo em toda essa empreitada. Agradeço pelas disciplinas e discussões, que não só contribuíram para que esse trabalho se expandisse para caminhos antes não imaginados, mas também, lançaram luz a novas formas de entender a Arqueologia. Obrigado por toda confiança depositada nesse trabalho.

Aos professores do curso de Bacharelado em Arqueologia que tive o prazer de conhecer e cursar suas disciplinas. Obrigado a todos pelas disciplinas ofertadas; elas me fizeram refletir mais sobre a Arqueologia e as possibilidades de alcance da disciplina, além do meu papel como arqueólogo. Não tenho palavras para agradecer a vocês pela boa vontade, compreensão e disponibilidade em participar da minha qualificação. As considerações que vocês fizeram foram fundamentais para o desenvolvimento desse trabalho.

Agradeço aos amigos da turma de arqueologia da Unidade de Manacapuru, entre conversas e ajudas, vocês se tornaram essenciais nesse processo. Obrigado por compartilharem comigo seus anseios, dúvidas e medos sobre a pesquisa e, também, por ouvirem os meus e pelo incentivo.

Agradeço aos meus interlocutores do bairro da Terra Preta, por terem me recebido em suas casas inúmeras vezes, pelos diferentes momentos disponibilizados para contribuir com essa pesquisa.

A minha mãe, Maria Izabel Leal Vasconcelos, agradeço todo o apoio de uma vida. Obrigado por sempre me permitir sonhar e acreditar que era possível. Agradeço todo amor e incentivo. Aos meus familiares, agradeço por entenderem minhas inúmeras ausências e por todo carinho sempre ofertado.

## RESUMO

O presente trabalho busca refletir sobre qual a relação estabelecida entre Patrimônio e os moradores do bairro da Terra Preta, Manacapuru-AM. O bairro da Terra Preta, devido ao seu potencial arqueológico, requer planos e ações que demonstrem a importância do conhecimento produzido pela arqueologia, e esse conhecimento só pode ser repassado através de profissionais especializados e isso ainda é um universo muito pouco conhecido. A partir das entrevistas e das ações desenvolvidas no bairro, foi possível perceber não só os impactos que esses trabalhos tiveram na comunidade local, como também, de que forma essas ações influenciaram na percepção dessas pessoas sobre a preservação do patrimônio arqueológico. Para a concretização dessa empreitada, procurei pensar em planos e ações de Educação Patrimonial em consonância com a Arqueologia Pública, que busca compreender a correlação entre comunidade e patrimônio arqueológico. Em termos práticos, a abordagem ocorreu por meio de conversas com moradores mais antigos do bairro e oficinas de Educação Patrimonial na escola Joaquim Coelho. Com os dados obtidos através da minha inserção no bairro da Terra Preta, foi possível evidenciar que a preservação do patrimônio é entendida como “cacos” cerâmicos deixados pelos índios, sem muita importância para comunidade. Essa forma tradicional de pensar e compreender o patrimônio são percebidos nesse trabalho, como um reflexo da atuação de diferentes ações no bairro. Diante desses dados, a reflexão sobre práticas de educação patrimonial se torna essencial.

**Palavras-chave:** Educação Patrimonial; Patrimônio Arqueológico; Comunidades; Arqueologia Pública.

## **ABSTRACT**

The present work seeks to reflect on the relationship established between Patrimônio and the residents of the neighborhood of Terra Preta, Manacapuru-am. The neighborhood of Terra Preta, due to its archaeological potential, requires plans and actions that demonstrate the importance of the knowledge produced by archeology, and this knowledge can only be passed through specialized professionals and this is still a very little known universe. From the interviews and actions developed in the neighborhood, it was possible to perceive not only the impacts that these works had on the local community, but also how these actions influenced the perception of these people on the preservation of the archaeological patrimony. For the accomplishment of this work, I have tried to think of Patrimonial Education plans and actions in consonance with the Public Archeology, which seeks to understand the correlation between community and archaeological patrimony. In practical terms, the approach came through conversations with older residents of the neighborhood and Heritage Education workshops at the Joaquim Coelho school. With the data obtained through my insertion in the neighborhood of Terra Preta, it was possible to show that the preservation of the heritage is understood as ceramic "shards" left by the Indians, without much importance for the community. This traditional way of thinking and understanding the patrimony are perceived in this work, as a reflection of the actions of different actions in the neighborhood. Given these data, reflection on heritage education practices becomes essential.

**Keywords:** Patrimonial Education; Archaeological Heritage; Communities; Public Archeology.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPITULO I.....	12
1.0 HISTÓRICO DO BAIRRO DA TERRA PRETA.....	12
1.1 VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS.....	18
CAPITULO II.....	25
2.0 A RELAÇÃO ENTRE COMUNIDADE E PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO.....	25
2.1 OFICINAS NA ESCOLA ESTADUAL JOAQUIM DE SOUZA COELHO.....	32
3.0 PLANOS E AÇÕES VOLTADAS PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO.....	36
CONCLUSÃO.....	41
REFERÊNCIAS.....	44

## INTRODUÇÃO

Hoje a Amazônia é conhecida internacionalmente e sua preservação tem sido reivindicada por diversos setores da sociedade. Certamente, isso não é por acaso, já que o ritmo acelerado das intervenções, principalmente durante as últimas três décadas, tem preocupado até os mais otimistas. Por ser morador do bairro da Terra Preta conheço um pouco o histórico do local e a grande dispersão de materiais cerâmicos dispersos por grande parte do bairro. A importância sobre a socialização do conhecimento produzido pela arqueologia só está acessível independentemente da intermediação de profissionais especializados e isso ainda é um universo muito pouco conhecido.

Segundo Carvalho (2010) Considerando a potencialidade e a riqueza que certo objeto material ou imaterial possui, cabe dizer que, para haver a consciência e a valorização desses objetos pelo ser humano envolvido no processo, faz-se necessário conhecê-los para posteriormente fazer-se parte.

O presente trabalho trata das relações entre os moradores do bairro da Terra Preta, um bairro que surgiu em meados dos anos de 1918 a 1920 no município de Manacapuru (AM), e o patrimônio arqueológico local. As discussões apresentadas são resultantes das etapas de pesquisa de projeto coordenado pelo autor e orientado pelas perspectivas da Educação Patrimonial e da Arqueologia Pública, cujo objetivo principal é a compreensão das representações dos moradores acerca dos vestígios cerâmicos encontrados por diversos lugares e das práticas sociais locais a respeito dos materiais arqueológicos dispersos por todo o bairro.

(...) Nesse caso, a lógica patrimonial é contrária à percepção que essas populações têm de 'lugares e coisas'. O discurso do patrimônio essencializa a sacralização do passado e seus testemunhos materiais; os moradores, por sua vez, sacralizam o passado ao ressignificar 'lugares e coisas' em suas vidas cotidianas. Esse processo se dá quando os moradores transformam um

fragmento de louça histórica 'jogado' no meio da rua em semióforo de sua conexão com o passado. (BEZERRA, 2001, p.68).

A presente pesquisa foi realizada no bairro da Terra Preta o pioneiro da cidade de Manacapuru – AM, durante os meses de junho a setembro de 2017, o bairro possui uma herança histórica cultural herdada de seus primeiros habitantes, o referido é rico em vestígios arqueológicos, porém a importância dada a esses vestígios pela comunidade faz com que pensemos em planos e ações a serem desenvolvidos na comunidade para um entendimento da importância de determinados objetos para sua história e para a sociedade em geral. De forma a atingir o conhecimento e entendimento acerca da preservação do patrimônio do bairro da Terra Preta.

A Educação Patrimonial permite ao indivíduo conhecer outra face de sua história, levando a compreensão do universo sociocultural que está inserido na comunidade e com isso leva a compreender e a valorizar a cultura em todos seus aspectos, principalmente na cultura material do patrimônio arqueológico. Este processo estimula a interação entre as comunidades e a compreensão da importância da preservação dos bens culturais que são parte da cultura local.

De acordo com Medeiros (2009) a educação patrimonial trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Significa tomar os objetos e expressões do patrimônio cultural como ponto de partida para a atividade pedagógica, observando-os, questionando-os e explorando todos os seus aspectos, que podem ser traduzidos em conceitos e conhecimentos.

Nas últimas décadas, muito tem se discutido sobre Educação Patrimonial no campo das Ciências Humanas. Os debates desencadeados dentro dessa perspectiva, além de sugerirem questões como a importância de determinados objetos e sua interação com a comunidade, requerem também, práticas que estimulem processos de atribuições de valores a determinados bens enquanto patrimônio. Seguindo esta linha a pesquisa foi realizada com o intuito de propor um plano de Educação Patrimonial no bairro da Terra Preta, buscando refletir sobre as possibilidades de melhoria deste quadro, referente à preservação do patrimônio arqueológico local. E como propor

interesse por uma questão que pouco significado tem para uma comunidade que aprendeu no decorrer de sua história a não atribuir valor significativo à preservação de seu patrimônio cultural. Nesse sentido a pesquisa apresentou os resultados de um estudo de caso no bairro da Terra Preta em Manacapuru-AM. Mas além do seu contexto histórico, o bairro da Terra Preta oferece ainda, uma conjuntura patrimonial muito ampla e que pode estar mascarada nessa narrativa dos moradores.

A partir do contexto apresentado, o trabalho foi desenvolvido em três capítulos para uma melhor compreensão da pesquisa. No primeiro capítulo, relatamos a parte histórica do bairro da Terra Preta. De acordo com moradores do local no período de surgimento, o bairro é rico em vestígios arqueológicos, dispersos por toda sua área habitada e não habitada, esses vestígios acabam por muitas vezes se perdendo, degradando, e até mesmo coletados por moradores sem os devidos procedimentos em que se pode ser coletados, porém, isso só acontece muito pela falta de conhecimento da importância desses vestígios não só para sociedade em geral, mas também para a arqueologia, a falta do interesse público em mostrar e criar planos e metas para uma busca por preservação não é notória, e isso acaba por se torna uma luta diária de quem busca o interesse por preservar sua história e identidade de seu povo.

No segundo capítulo, apresentamos a síntese referente aos contextos que versam sobre a importância do patrimônio para os moradores do bairro da Terra Preta. O objetivo foi evidenciar um quadro prévio, consolidado a partir de referenciais de narrativas e entrevistas com alguns moradores do referido bairro, que se estruturam por meio de informações expressas, para além das fontes consideradas oficiais. Na prática, o exercício tem como objetivo demonstrar os vieses de atuação da relação que os moradores têm com o patrimônio arqueológico. Ao mesmo tempo, constitui um ponto de partida para levar o conhecimento sobre as formas de preservação e o interesse por materiais que trazem inúmeras informações sobre nossa história, denotando a importância da educação patrimonial. A partir desse pressuposto foi proposto plano e ações de maneira a buscar aspectos de reconhecimento, considerando que essas práticas possam apresentar um discurso de como e o que deve ser feito, a partir dai

não só a comunidade, mais a sociedade procurar conhecer a importância do patrimônio arqueológico.

No terceiro capítulo é apresentado como ocorre a relação da arqueologia com a comunidade demonstrando planos e ações vinculados à importância sobre a socialização do conhecimento produzido pela arqueologia junto à sociedade. Demonstrando maneiras de como dar ênfase ao patrimônio arqueológico destacando sua importância e como os mesmos são destacados pelos arqueólogos na comunidade. Relatando sobre a importância da Educação Patrimonial para preservação do patrimônio arqueológico.

## **CAPITULO I**

### **1.0 HISTÓRICO DO BAIRRO DA TERRA PRETA**

O bairro da Terra Preta é o mais antigo da cidade de Manacapuru. Recebeu esse nome devido a grande quantidade de terra preta existente no local. No bairro se instalaram os mura primeiros habitantes do município de Manacapuru, por volta de 1786, porém foi a partir de 1930 foi que passou a se organizar como bairro. A avenida principal do bairro denomina-se, Pedro Moura em homenagem a um de seus antigos habitantes, proprietário de muitos terrenos no bairro. O bairro Terra Preta liga-se aos bairros Policarpo de Souza, São José e ao Centro da cidade de Manacapuru através da estrada Manoel Urbano.

De acordo com Amorim (2013) Terra preta é o bairro mais antigo da cidade de Manacapuru, e são as terras que deram origem a este município, que não é diferente de muitos outros lugares da Amazônia, pois seus fundamentos histórico-culturais, assim como todo o território amazônico e brasileiro no período da colonização, tiveram como seus primeiros habitantes os bravos nativos, e por essas terras os selvagens Mura, os guerreiros do rio barrento.

A fundação do bairro da Terra Preta segundo relatos de antigos moradores do bairro não se deu a chegada dos índios Mura na região, mas sim a partir da organização dos antigos moradores que começaram a ocupar as margens do rio Solimões em casas flutuantes e com o passar do tempo foram se dispersando pela grande área existente. Algumas famílias foram recebendo doações de terras, na época os grandes comerciantes foram devastando o local onde foram se tornando donos de grandes áreas e fazendo doações para seus herdeiros e com isso houve uma grande dispersão no bairro.

De acordo com Amorim (2013), os fundamentos históricos de Terra Preta, bem como de Manacapuru, segundo dados geográficos, estabeleceram-se não a partir da chegada das famílias Mura para estas terras, pelo final do século 18, mas a partir da

sua organização urbana, quase dois séculos depois da chegada dos índios Mura pelas terras do bairro de Terra Preta, a partir do século 20.

Por conter poucas informações sobre o bairro em livros ou artigos, buscou-se por informações com moradores do bairro para obtenção de informações sobre a origem e dispersão do bairro da Terra Preta.

Dentre esses moradores está Raimunda Leal Vasconcelos, 78 anos, conhecida por todos no bairro como Dona Dica, filha de um dos primeiros moradores do bairro. Ela relata “Terra Preta era só mato, não era muito povoado, quem fez terra preta foi o Antônio Afonso, morador só tinha nas beiradas, o bairro teve início na década de 20 aproximadamente, quem morava aqui era, Pedro Moura, Guilherme Alves de Vasconcelos, e o Sr. Basílio e Felipe. Só existiam casas na beira mar e o primeiro morador a morar na parte de cima, onde funcionou a serraria compensa foi Guilherme Alves, que era meu pai. O senhor Antônio Afonso grande empresário do local foi o responsável por abrir todas as ruas e também foi quem vendeu muitos terrenos, ai foi se povoando a terra preta, o que alavancou o bairro foi as serrarias compensa e Solimões, os primeiros comerciantes foram senhor Guilherme e o seu Lambreta, o senhor Guilherme ocupava a parte de baixo e o senhor Lambreta a parte de cima como era dividido bairro pelos moradores. O bairro começou a ser ocupado por outras famílias depois que o seu Antônio Afonso deu para os filhos e eles venderam os terrenos”.



Figura 01: Raimunda Leal Vasconcelos, 77 anos.  
Foto: Jakson Vasconcelos, 2017..

A segunda moradora a relatar sobre o bairro foi a senhora Julia Coelho Lemos, 84 anos: “Quando cheguei no bairro tinha poucas casas, era tudo difícil, as serrarias que tinha naquela época que ajudaram a povoar o bairro, naquele tempo ninguém fazia questão por terra, qualquer pessoa que chegasse pegava um pedaço de terra. Quando cheguei aqui nos se apulermos, recebi uma doação de um pedaço de terra de 14 por 7, do seu Antônio Afonso, o seu Agapito era o prefeito, ele limpou os terrenos e foi vendendo, outra moradora era a dona Benedita, também tem aquele homem que tem um hotel cumprido, o seu Ary, mas os primeiros a ocupar o bairro foi os Hermogenes, Severino Piriquito, Edmundo, Fugêncio, Mundoca carará e seu Pedro. A parte de cima pertencia aos mouras, era tudo difícil, pra estudar, eu ajudava na merenda da escola que ficava lá em cima num flutuante, dava cará, fazia mingau e outras coisas. Na época não tinha ambição, hoje o festejo de Santo Antônio era pra ser todo aqui nesse lugar, mas ninguém fazia questão. Aqui era só matagal, tinha pé de limeira, laranjeira, bacabeira, tangerina, seu Guilherme tinha um galpão grande de madeira, lá onde é da filica, onde tinha um campo, a dona Lucileide morava onde é a ponta do vento, não tinha praça, não tinha nada, onde é a serraria Solimões morava os Hermogenes, seu

Severino, Edmundo, Fugêncio, os Monteiros e os Mouras, depois foi sendo povoado por outros”.



Figura 2 Julia Coelho Lemos, 83 anos.  
Foto: Jakson Vasconcelos, 2017.

O senhor Armando Coelho Vasconcelos, 92 anos, relata “pelo que me lembro era eu e o finado Luiz Cigano e depois de um tempo eu vendi um pedaço de terra pro Tônico Afonso e pro finado Hermogenes, na parte de baixo perto do cemitério, depois teve a festa de Santo Antônio aqui em baixo que era os coelhos que festejavam, o Pedro pai do Agostinho Coelho, depois disso é que foi o Guilherme morou na parte de cima”.



Figura 3 Armando Coelho Vasconcelos, 92 anos.  
Foto: Jakson Vasconcelos, 2017

A senhora Zuleide Souza Pires, 74 anos, relata “moro aqui há mais de 50 anos, eu morava na ilha de Monte Cristo, cheguei no bairro tinha poucas pessoas, tinha os monteiros, finado Bebe, Anísio, fiquei trabalhando, tirei um pedaço de terra, tinha outros moradores de nome Vino e Elizete, a maioria da área era mato, fui a primeira moradora dessa rua, foi o seu Floiro quem colocou os canos que tão aqui em baixo até hoje, só existia uma oficina ou borracharia, sei lá o que era, a outra parte era só mato, o seu Floiro Atayde foi um dos primeiros morador daqui da parte de cima e lá pra baixo era as cararazadas, os Maciel, os Feitoza e o Sebastião Coelho. O galpão da dona Filica era onde festejava a festa da Santíssima Trindade”.



Figura 4 Zuleide Souza Pires, 74 anos.  
Foto: Jakson Vasconcelos, 2017.

Segundo a moradora do bairro Maria Izabel Leal Vasconcelos o bairro da Terra Preta começou a ser habitado pela parte baixa (hoje conhecida como baixada fluminense) e seus primeiros habitantes foram os pertencentes na época as famílias: Vasconcelos, Coelho e Moura. No lugar denominado hoje baixado fluminense moravam os familiares de Vasconcelos e Coelho e no lugar hoje denominado Beco do Boto e Ponta do Vento os Moura. Essas famílias provavelmente instalaram-se nesse lugar (hoje bairro da Terra Preta) por volta de 1918 a 1920. Mas somente a partir dos anos 50 em diante é que o bairro começou a desenvolver-se realmente, e quando aconteceu à abertura da rodovia Manoel Urbano ocasionou grande desenvolvimento tanto para a cidade como para o bairro que por situar-se á margem do rio Solimões foi alvo de alguns empresários que na época praticamente obrigaram o senhor Guilherme Alves de Vasconcelos a desfazer-se de suas terras e mudar com sua família para parte central do bairro e com isso doou grandes lotes de terras aos seus filhos, sobrinhos e netos os quais os colocaram a venda e com isso advieram outros moradores engrandecendo bastante a população do bairro. O mesmo fato ocorreu com a família Coelho e Moura. Cabe ressaltar que com a abertura das ruas a implantação da luz elétrica e água houve

grande avanço no desenvolvimento do bairro tanto na parte populacional como também industrial, pois se instalara no bairro duas grandes madeireiras (LOGS, DEPOIS COMPENSA E SERRARIA SOLIMÕES). Contam também antigos moradores que outro fator que atraia outros moradores a permanecerem no bairro era a festa de Santo Antônio, pois muitos vinham participar da festa que na época duravam quinze dias e pediam permissão para armar pequenas barracas de palha e depois já ficavam morando. Então após esse momento de grande desenvolvimento do bairro as outras famílias que permaneceram foram às famílias Picanço, Fleury, Maciel, grande parte dessa população era pescadores, também praticavam a agricultura de subsistência.

O bairro nos dias atuais já possui grandes modificações, empreendimentos, escolas, posto de saúde, já completamente todo habitado, se divide em sub-bairros, ao leste temos o “O Beco do Boto” uma homenagem a um antigo morador do bairro, Professor Francisco Sofim, a oeste se encontra a baixada fluminense, ao norte a beira rio e ao sul a Nova Cidade. O bairro está ligado a uma dicotomia de dois povos distintos e por possuir uma história tão valiosa e rica herdada de seus ancestrais através dos tempos e das décadas é necessário que se construa a origem do povo que habita hoje esse lugar.

### 1.1 VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS.

Segundo Barreto (2010) O conjunto de vestígios materiais resultante da atividade humana passada constitui “os testemunhos arqueológicos” (Childe, op. cit.p. 9), que são formados por todos os objetos artificiais, resíduos orgânicos, deposições sedimentares ou quaisquer outras manifestações de origem antrópica que resistiram aos agentes naturais de decomposição e se preservam.

Os vestígios arqueológicos são as maiores fontes de informações que as sociedades pretéritas deixaram, a gama de informações que eles possuem a cerca da identidade cultural são diversas, porém esses vestígios não estando em seus contextos e retirados sem seus devidos procedimentos perdem seu valor á luz da arqueologia e conseqüentemente é uma perda para identidade de um povo.

Os testemunhos arqueológicos são os remanescentes materiais de comportamentos e práticas sociais pretéritas, refletindo o modo de vida de uma sociedade desaparecida. Através deles é possível se reconstituir parcialmente o passado e o cotidiano das culturas pré-históricas. (Barreto, 2010, p.57).

Toda sociedade deve ter o conhecimento do conjunto de diferentes objetos que existe em uma comunidade local. Esse conhecimento seria a identificação social dos grupos que ali viveram, o registro é um fenômeno, quer dizer, ele existe hoje e podemos estudá-los e observá-los, por mais simples que sejam eles deixam marcas que podem descrever a existência de um determinado grupo em determinado local e época.

Como visto mais acima, todos os vestígios arqueológicos resultam de intervenções humanas na natureza. Por mais simples e sumário que seja o inventário tecnológico de uma sociedade, ela pode deixar marcas que denunciarão sua existência em determinado local e época. Isto porque o homem – está constantemente interferindo no ambiente em que vive para obter alimentos e matérias-primas, mas quaisquer que sejam suas técnicas de produção, tanto sua sobrevivência física individual quanto suas interações sociais não são possíveis sem a intermediação de artefatos. É através dos artefatos que são intermediadas as relações sociais, pois o artefato “não é apenas um indicador de relações sociais, mas, enquanto parte da cultura material, atua como direcionador e mediador das atividades humanas”. (Barreto apud Funari, op.cit. p.33).

A preservação da gama de materiais existentes no bairro da Terra Preta é fundamental para se conhecer a uma história de cultura e identidade deixada pelos povos pretéritos, são através dos vestígios cerâmicos que essa história pode ser desvendada e contada, temos que demonstrar a comunidade que todo e qualquer vestígio contém informações que podem reconstruir a dinâmica da vida no passado e como esses materiais chegaram até nós.

De acordo com Bezerra (2011) As reflexões oriundas das pesquisas sobre as relações de distintas comunidades locais com o patrimônio arqueológico têm tido impacto direto no reconhecimento das narrativas nativas sobre o passado e na gestão desses bens. No entanto, apesar do expressivo volume de estudos sobre o tema (EBBIT, 2010; FERREIRA, FERREIRA, ROTMAN, 2011; FUNARI, BEZERRA, 2012; GNECCO, AYALA, 2010; HERRERA, LANE, 2006; LONDOÑO, 2003; MIRE, 2007;

NAJJAR, 2001; OKAMURA, MATSUDA, 2011; PYBURN, 2009; SILVA, 2002), há pontos importantes que ainda merecem ser examinados.

O bairro da Terra Preta é rico em vestígios arqueológicos, isso devido a sua grande história cultural, começando pelos relatos de povoadamentos dos índios Mura e até mesmo por ser o pioneiro da cidade de Manacapuru, o bairro também tem uma ótima localização para moradia, pois se pode observar que existe no local barranco altos com muitas árvores frutíferas, próximo ao rio, lugar propicia para moradia dos povos indígenas e com uma grande extensão de terra preta (TPA) terra preta arqueológica.

A Terra Preta arqueológica – também chamada de Terra Preta de Índio ou simplesmente Terra Preta – tem essa denominação porque é encontrada em sítios arqueológicos, onde viveram grupos pré-históricos. Por isso, há grande quantidade de material deixado por esses grupos indígenas como fragmentos cerâmicos, carvão, artefatos líticos (de pedra). Normalmente, o material arqueológico é bem diversificado, o que leva a crer que grupos culturais distintos habitaram um mesmo local. As áreas com Terra Preta Arqueológica são encontradas sobre os mais diversos tipos de solos e normalmente se localizam em terra firme, próxima as margens dos rios, em locais bem drenados. A TPA pode ser identificada por sua cor escura, resultado da concentração de substância orgânica depositados no solo que apresenta altos teores de cálcio, carbono, magnésio, fósforo e zinco elementos que tornam a terra fértil (AMORIM, apud, Solos da Terra Preta podem ser solução para a Agricultura na Amazônia, 2006).

De acordo com relatos dos moradores entrevistados existem uma grande proporção de cacos cerâmicos dispersos pela superfície de algumas moradias no bairro. Seguindo essas informações se constatou que esses vestígios correm o risco de se perderem, às vezes por falta de conhecimento da comunidade e outras pelo acaso do poder público em obras sem um prévio licenciamento. Esses vestígios variam de vasilhas cerâmicas, apliques, urnas funerárias, e a grande concentração de terra preta arqueológica (TPA).

(...) Um registro marcante a respeito disso são as áreas de solo que foram afetadas pelo homem pré-histórico, que apresentam cor escura, restos de material arqueológico (fragmentos cerâmicos e de artefatos líticos) e alto teor de Ca, Mg, Zn, Mn, Fe C. Em função da coloração escura da camada superficial, tais solos são conhecidos como Terra Preta Arqueológica (TPA), Terra Preta de

Índio (TPI) ou Terra Preta (TP), além de uma variante menos divulgada, a terra mulata (Sombroek, 1966; Kern & Kämpf 1989).

O bairro da Terra preta está situado sob um sítio arqueológico, alguns moradores possuem artefatos cerâmicos em suas residências, relatam que pegam porque acham bonito ou interessantes alguns têm coleções, porém nota-se que a comunidade em geral não tem conhecimento sobre a importância de tais materiais para a comunidade e para a sociedade em geral, no bairro é desconhecido pesquisa de cunho científica que possam resgatar esses materiais, também é desconhecido atividades de Educação Patrimonial pelos moradores, por isso a grande preocupação com esses materiais.

De acordo com Bezerra (2011) os moradores formam pequenas coleções de louças, cerâmicas e moedas coletadas, sobretudo, pelas crianças. A formação dessas 'coleções domésticas' é recorrente na Amazônia, em especial nas vilas assentadas sobre antigas aldeias. Contudo, não há pesquisas sobre o tema, que tem desdobramentos importantes para as reflexões acerca das relações entre 'pessoas e coisas' (Bell e Geismar, 2009) e para a gestão do patrimônio arqueológico na região.

Os moradores mais antigos do bairro da Terra Preta possuem um pequeno conhecimento sobre os vestígios cerâmicos que estão dispersos pelo bairro e até mesmo abaixo de suas residências, esse conhecimento não é sobre tradição ou quem os fabricavam, mas o interesse deles nas peças não passa de mera admiração pelas formas ou desenhos em algumas cerâmicas, relatos informam que muitas peças foram achadas por moradores no início de construções de suas residências, roçados para plantio, era um aglomerado de peças arqueológicas, porém alguns guardavam algumas peças por serem decorados outros ainda conseguiam reproduzir as formas de algumas vasilhas ou potes, porém sem conhecerem a importância tanto para comunidade, quanto para a ciência, no caso a Arqueologia, muito se perdeu, e ficaram algumas coleções e outros com apenas alguns cacos, como é chamado pela comunidade do bairro. Um exemplo bem recente se encontra hoje na Escola Estadual José Seffair, onde existe uma coleção que foi escavada por operários que faziam uma reforma na escola, são várias peças cerâmicas que foram retiradas de seu contexto sem o devido padrão de retirada desses objetos, e com isso muitas informações se perderam, porém não se pode culpar nem os operários, nem os administradores da escola, pois, não

possuíam o conhecimento de tal importância de cada peça para a sociedade em geral e para a história e cultura do bairro da Terra Preta.

Nas comunidades de pequena escala<sup>1</sup>, na Amazônia, as casas se assentam sobre os sítios arqueológicos, os moradores fazem suas roças nos sítios de terra preta, armazenam água e farinha em urnas funerárias, guardam objetos encontrados na beira de rios, igarapés, nas ruas de terra e reúnem artefatos para as suas coleções. Mas será que os membros dessas comunidades pertencem à mesma categoria dos grandes colecionadores? Será que, de fato, representam uma ameaça ao patrimônio arqueológico?(BEZERRA, 2011. p.58).

A educação patrimonial consiste em levar informações aos moradores de um determinado local sobre a importância do patrimônio para sua história e identidade, compreender tamanha importância é fundamental para a preservação do nosso patrimônio, todo e qualquer vestígio que indique ação humana antrópica é carregado de informações sobre a história e identidade de uma sociedade, são significados que ao serem desvendados revelam grandes acontecimentos na história de um povo.

Há não muito tempo, Joachim Hermann (1989: 36) sugeriu que “uma consciência histórica é estreitamente relacionada com os monumentos arqueológicos e arquitectónicos e que tais monumentos constituem importantes marcos na transmissão do conhecimento, da compreensão e da consciência históricos”. Não há identidade sem memória, como diz uma canção catalã: “aqueles que perdem suas origens, perdem sua identidade também”(Ballart 1997: 43). Os monumentos históricos e os restos arqueológicos são importantes portadores de mensagens e, por sua própria natureza como cultura material, são usados pelos actores sociais para produzir significado, em especial ao materializar conceitos como identidade nacional e diferença étnica. (FUNARI, 2001, p. 02).

Em uma visita durante um levantamento de campo da pesquisa na propriedade da senhora Lucileide Rodrigues Rolim, moradora da área denominada de ponta do vento pude notar que o terreno é rico em vestígios cerâmicos, estão dispersos por toda parte do terreno, desde sua entrada, até as extremas do terreno, todos em superfície e outra observação que fiz no local foi da grande quantidade de terra preta (TPA) existente no local, a gama de materiais que está no local está sendo coletada por ela mesma, “Assim como os visitantes de museus observados por Classen (2005), os moradores do entorno de sítios arqueológicos também desejam examinar os objetos,

não apenas visualmente, mas, sobretudo, por meio da experiência tátil. Esse desejo, no entanto, revela mais do que uma mera curiosidade pelo objeto; o toque é um elemento significativo no processo de exploração e (re) conhecimento do mundo” (Bezerra, 2013), por não conhecer sobre as normas e procedimentos adequados para retirada dos mesmos, outra grande parte está sendo levada pela erosão provocadas pelas chuvas, e a cada varrida de sua vassoura para limpeza do terreno é notável que se flui do chão muitos materiais cerâmicos e com isso uns são coletados pela mesma outros vão se misturando as folhas que mais tarde vão sendo jogados no lixo.

Segundo Bezerra (2011) sob a ótica da legislação brasileira, todos praticam atos ilegais, que contrariam as perspectivas patrimoniais de preservação. Em minha perspectiva, aqueles sujeitos participam desse ‘jogo’ do patrimônio de formas distintas, o que implica o redirecionamento de nosso olhar sobre a questão. Não apoio atos que promovam a destruição, mas concordo com Belk (2008, p. 539) no sentido de que há poucas pesquisas sobre a prática do colecionamento e que sua necessidade reside no fato de que “(...) appears to be diverse types of collectors and diverse reasons to collect”. As populações amazônicas, neste caso, os moradores da Vila de Joanes, constituem um estudo emblemático dessa situação.

Em outro momento da pesquisa pude observar na residência da senhora Maria de Fátima, moradora da área denominada de serraria Solimões pelos moradores mais antigos do bairro, que os diversos vestígios cerâmicos que existiam no local foram todos perdidos, isso aconteceu devido a uma obra de aterramento feito próximo a sua residência, local de grande concentração de material cerâmico, onde todo esse material foi arrastado por máquinas que destruíram todo o material existente no local, e por se tratar de uma obra pública, observei que não foi feito nenhum tipo de licenciamento ou muito menos um trabalho de conscientização por parte da empresa responsável pela obra com os moradores que residem próximo ao local, inclusive nem com a senhora Maria de Fatima, foram diversos materiais que ainda estavam em seu devido contexto e que pelo não conhecimento de sua importância para comunidade foi todo arrastado pelas máquinas que faziam trabalho de aterramento no local.

De acordo com Funari (2001) “A distância entre as autoridades e o povo é a mesma daquela entre a sociedade civil e o passado, devido à falta de informação, ainda

que os habitantes das cidades coloniais dependam do turismo para sua própria sobrevivência. Quem são os maiores inimigos da preservação dessas cidades coloniais? Em primeiro lugar, a própria administração municipal, não afetada pelos problemas sociais e ignorantes das questões culturais em geral, mas, às vezes, os moradores também, inconscientes da importância dos monumentos, contribuem para a deformação do quadro urbano. Novas janelas, antenas parabólicas, garagens, telhados e casas inteiras bastam para transformar uma cidade colonial em uma cidade moderna, uma mera sombra de uma antiga cidade colonial, como é o caso de tantas delas”.

Hoje o bairro da Terra Preta necessita de grande atenção por conter um número expressivo de fragmentos cerâmicos dispersos por muitos locais, está claro que se trata de um sítio arqueológico muito rico e que aos poucos está se deteriorando, se nada for feito o que ainda resta de fragmento com certeza vai se perder e isso é uma perda muito significativa para a população do bairro, que mesmo sem conhecer tal importância para si, ainda guarda em alguns cantos de suas residências peças fundamentais de sua história e identidade.

De acordo com Bezerra (2013), O desenvolvimento de projetos que priorizem o diálogo entre “horizontes semânticos” distintos (Cardoso de Oliveira, 1998, p. 24) contribui para o descentramento das tomadas de decisão sobre a gestão do patrimônio arqueológico e para a legitimação do passado de pequenas comunidades da Amazônia. Um passado ameaçado não pela sua ignorância acerca do patrimônio, mas pelo que ignoramos das relações entre as ‘pessoas’ e as ‘coisas’ do passado no presente.

Quando se toma conhecimento das formas de proteção que se deve ter através das práticas de educação patrimonial, levando a comunidade a interagir com sua história e identidade passa-se a introduzir um sentimento de valor a cada objeto que está sob nossos olhares, toda prática que faz com que tomemos conhecimento de todo e qualquer patrimônio cultural, elevará ainda mais a luta de quem almeja proteger e cuidar de cada objeto relativo à nossa história. No caso do bairro da Terra Preta que é rico em vestígios cerâmicos ou cacos cerâmicos como são chamados pelos moradores do referido bairro é de suma importância que voltemos os olhares para esses materiais que ainda podem nos fornecer grandes informações, apesar de muito já se ter perdido,

ainda é possível que coloquemos em pratica a levar o conhecimento da comunidade à verdadeira importância que cada peça arqueológica contém em seu contexto.

## CAPITULO II

### 2.0 A RELAÇÃO ENTRE COMUNIDADE E PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

A importância em se conhecer a história de um determinado lugar esta no fascínio em se descobrir suas dicotomias, costumes, lendas, tradições, enfim seu modo de viver e sobreviver, a partir daí que a Arqueologia, ciência que estuda o passado humano através de vestígios deixados por nossos remanescentes tenta desvendar a história de uma sociedade. Porém, a importância dada a esses materiais que trazem inúmeras informações aos profissionais capacitados a inferir dados e formular teorias a partir desses vestígios estão se perdendo. Isso se dá ao não conhecimento desses materiais para a sociedade e a pouca atenção que o poder público tem com esses materiais.

As reflexões oriundas das pesquisas sobre as relações de distintas comunidades locais com o patrimônio arqueológico têm tido impacto direto no reconhecimento das narrativas nativas sobre o passado e na gestão desses bens. No entanto, apesar do expressivo volume de estudos sobre o tema (EBBIT, 2010; FERREIRA, FERREIRA, ROTMAN, 2011; FUNARI, BEZERRA, 2012; GNECCO, AYALA, 2010; HERRERA, LANE, 2006; LONDOÑO, 2003; MIRE, 2007; NAJJAR, 2001; OKAMURA, MATSUDA, 2011; PYBURN, 2009; SILVA, 2002), há pontos importantes que ainda merecem ser examinados. Dentre eles, enfatizo, neste artigo, o imbricamento sensorial (CLASSEN, 2005; HODDER, 2012; THOMAS, 1991;) das pessoas com as *coisas do passado* - um tema pouco contemplado, particularmente pelos arqueólogos. (BEZERRA, 2013. p.108).

No bairro da Terra Preta é notório a gama de materiais que estão se perdendo devido ao descuido e a desvalorização do patrimônio cultural. No caso do bairro da Terra Preta que é rico em vestígios cerâmicos, que são de suma importância para a história da comunidade e para a Arqueologia, pois, são através desses vestígios que podemos conhecer nossa história, que pode ser contada a partir das inferências desses

vestígios cerâmicos em conjunto com os demais indicadores de ocupação humana pretérita.

Segundo Bezerra (2010), Pesquisadores e gestores buscam há décadas por soluções para conter a destruição do patrimônio arqueológico na Amazônia. A política de fiscalização empreendida por órgãos de gestão, em nível federal e estadual, somada aos projetos de Educação Patrimonial – cujo desenvolvimento no âmbito da Arqueologia de Contrato é uma exigência no Brasil – são considerados fundamentais na luta pela preservação.

Quando se fala em preservação para o homem é possível que ocorra uma reflexão da expressão cultura, que promove uma habilidade em cada indivíduo nesses tempos de globalização, suas referências e laços com o passado, o significar e a valorização das diferenças que constituem as nossas identidades, a questão patrimonial tem algumas peculiaridades, uma compreensão da comunidade sobre a utilização do patrimônio arqueológico no processo crucial de nossa história.

As relações dessas comunidades com as coisas do passado são ativadas pela sensibilidade tátil, que é constituída por uma gama de conhecimentos empíricos sobre o ambiente, mas também pela imaginação sensória. (INGOLD, 2008) sobre ele. Assim, tocar um objeto arqueológico significa incorporá-lo ao seu universo de conhecimento, a partir de uma lógica de raciocínio própria. Esses fragmentos que para nós são partes de um todo representado por um objeto - constituem partes de outro todo: as paisagens vividas por essas pessoas. São também elementos com os quais têm uma relação metonímica, pois engendram uma teia de experiências e sentidos na qual estão imersos e imbricados. (BEZERRA, 2013. p. 115).

Foram entrevistados alguns moradores do bairro da Terra Preta com o intuito de conhecer a importância que os mesmos têm em relação ao patrimônio arqueológico. Dentre esses moradores estava à senhora Raimunda Leal Vasconcelos que relatou “Quando nós íamos fazer qualquer escavação, para fossa, plantio, eram encontradas muitas peças, molduras de cabeças de gente, louças, potes desenhados, no bairro da Terra Preta, os índios que fabricavam, eu não sei se eram os Mura que moravam aqui, a minha mãe quando viu as molduras conseguiu fazer, naquele tempo não tinha vasilhas de alumínio ou plástico, e era feita de barro mesmo, e agente vendia também.

Essas cerâmicas são importantes porque agente se utiliza delas e eu lembro da minha mãe e dos tempos de infância”.

A senhora Julia Coelho Lemos relata “Minha mãe fabricava, dona Brazilina, fazia bacias, potes, pra utilizar no dia a dia, porque na época não tinha louça, e tinha umas que agente vendia no centro da cidade, lembro que tinha que usar o joteciua, pras vasilhas durar mais, nós achávamos muitas pedaços, mais não tinha muita importância na época, acho que usavam pra fazer as coisas deles, os índios que moravam aqui antes, mas eu não dava muita importância pra esses cacos”.

A senhora Maria de Fátima moradora do bairro há 22 anos, mora na área denominada por ela como da antiga serraria Solimões ela relata “Há, aqui não tem mais nada disso levaram tudo, as que tinha se acabou com essa obra, tinha muita aqui, tinha duas urna aqui do lado, mas o trator veio e destruiu tudo ficou só uma urna que tá dentro da fossa que deixaram na beirada, tem só essa. Aqui era cemitério, essa parte aqui era das urnas grandes e pra lá era das urnas pequenas, pra li onde eu morava a gente arrancava muita urna de barro, aqui era cemitério de índio, tinha muito, hoje se você quiser ver pode olhar ai, o trator levou tudo com esse aterro, só tem uma que ta lá na fossa bem na beirada. Pra lá pro outro lado vocês ainda encontram”.



Figura 5: Local onde segundo a Senhora Maria de Fatima se encontra uma Urna Funerária.

Foto: Jakson Vasconcelos, 2017.



Figura 6: Local onde existia grande concentração de vestígios cerâmicos.  
Foto: Jakson Vasconcelos, 2017.

A senhora Lucileide Rodrigues Rolim chegou ao bairro da Terra Preta em 1974, professora aposentada, reside na área denominada de ponta de Ponta do Vento. “Logo no inicio quando a gente chegou aqui era só nos nessa rua, não tinha mais ninguém, quando meu marido começou a limpar essa parte ali da ponta, tava limpando com a enchada encontrou um pote cheio de pedrinhas, todas em forma de triângulo, os índios Mura era os habitantes de Manacapuru né, os primeiros habitantes e como a gente tem essa terra hoje tá aparecendo, mas antes não tinha não, era bem profundo, hoje com a erosão a gente já encontra muito, nós encontramos machadinha de pedra, tinha aquelas pedra de fazer o fogo, tinha aqueles de barro, e isso não tem só aqui não tem no José Seffair, ali na Leda, e vai ai descendo até o jaranda, eu guardei porque é hereditário, né nem hereditário, quer dizer que foi herança deixado por eles, ai depois de um tempo eu guardei né, guardei a machadinha e outras coisas a mais, mas quando eu fui embora daqui o pessoal deram fim em tudo, não tenho muito mais, só tenho alguns pedaços encontrados aqui no chão, ainda tem muita coisa no chão, se for cavar né, veio um sobrinho meu e quis cavar para tirar uma bacia, ai eu disse não deixa como está, não cava nada, deixa ai que a erosão vai levando, e inda tem muitas por ai, por isso que guardei, achei interessante a herança deixada por eles, era para ter mais, mas ai meu marido deu e disse que era dele, mas ainda tem algumas no saco, vou já pegar aqui”.



Figura 7: Lucileide Rodrigues Rolim.  
Foto: Jakson Vasconcelos, 2017.



Figura 8: Vestígios coletados pela senhora Lucileide Rodrigues.  
Foto: Jakson Vasconcelos, 2017.

São incríveis as muitas histórias de achados cerâmicos que existem no bairro da terra preta, coleções que alguns moradores têm em suas residências, como é o caso da senhora Lucileide Rodrigues, a visão que os mesmos têm em relação a esses achados cerâmicos, a quem eles remetem a sua fabricação, como encontraram, de que forma recolheram e o porquê de o recolherem. Entre todos esses fatos é que pude identificar que os mesmos ainda não conheciam a verdadeira importância de que cada artefato tem para sociedade em geral, nota-se também que esses materiais para grande maioria

de moradores, são desconhecidos, não pelo sentido de que não sabem o que é, mas quando informados de o que são e para que servem e onde são encontrados, abre-se um verdadeiro leque de histórias relatando-se que ou já viram ou sabem onde tem. E quaisquer informações repassadas aos moradores com relação ao patrimônio é sempre um meio de enriquecer um sentimento de valor e significação a qualquer patrimônio.

Durante a última etapa de campo, foi instalada uma bancada com objetos recuperados nas escavações, ao lado de uma das quadrículas e, posteriormente, uma exposição na escola (Marques e Bezerra, 2009). Ambas as situações revelaram mudanças nas atitudes dos moradores com relação ao patrimônio arqueológico local e, ao mesmo tempo, salientaram a necessidade de entendermos a lógica subjacente ao colecionamento e à relação com as ruínas. (BEZERRA, 2011, p.61)

Práticas de Educação Patrimonial auxiliam no conhecimento e ajudam na preservação de nossos bens culturais, pela falta de conhecimento muito já se tem perdido, e isso nos chama a atenção, pois há toda uma história e uma manifestação de cultura presente. Nenhuma comunidade, ou acredito que qualquer sociedade que conheça e aprenda a dar o verdadeiro valor que cada peça arqueológica ou qualquer monumento histórico, enfim seu patrimônio, a partir do momento em que lhe é passado o verdadeiro valor e sua importância, terá outro olhar e passará a valorar a sua história, a sua identidade, e isso só trará benefícios, tanto para população em geral, quanto para ciência arqueológica que terá seus objetos de estudo em seus contextos.

O patrimônio é um grande acervo, é o registro dos acontecimentos da história de um lugar, de uma sociedade, e muitas vezes se perde por falta de incentivo ou pela perda da identidade da comunidade, que sofre as mudanças e interferências do mundo globalizado. (MEDEIROS et al, 2009, p. 1).

Hoje a grande preocupação em preservar nosso patrimônio nos faz pensar na maneira como tratamos e damos valor, pois se repensamos as formas de proteção e valorização desses bens em todos seus aspectos, adquirindo com isso uma conscientização, propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos.

De acordo com Medeiros (2009) As significações dadas às edificações e objetos antigos acabaram por gerar não somente a simples preocupação de grupos isolados ou familiares de garantir seu legado para gerações futuras. Nos séculos XIX e XX, esta preocupação estendeu-se para o Estado, que passou a estimular a produção de leis de conservação e restauração, transformando-se em uma problemática mundial.

O patrimônio arqueológico é de papel crucial para as gerações futuras conhecerem sua história, e a preocupação em preservar nossa história deve começar pela consciência de que esses vestígios e entre outros patrimônios são de extrema importância para compreendermos aspectos de nossa cultura.

Nos últimos meses do ano de 2001, algumas notícias dominaram as manchetes da mídia regional e até nacional, tratando dos achados arqueológicos no Estado do Amazonas. Dentre eles, destaca-se o sítio Nova Cidade, encontrado no início de uma obra em construção da Prefeitura de Manaus, cujas escavações acabaram por degolar a maioria das urnas existentes na área. Os sítios arqueológicos são instrumentos fundamentais para o incentivo à valorização da identidade do povo manauara e à promoção do desenvolvimento do turismo cultural no Amazonas. O mesmo deve ter como base a Educação Patrimonial na sociedade presente e na perspectiva de uma construção da memória coletiva. (CARVALHO et al, 2010, p. 69).

Quando tomamos consciência da importância em se preservar, e a partir daí ter um contato direto com as evidências e manifestações da cultura, passamos para um processo ativo de conhecimento, nos capacitando para uma melhor reflexão sobre a utilização do patrimônio arqueológico na comunidade e no processo educativo a partir da construção do conhecimento.

Considerando a potencialidade e a riqueza que certo objeto material ou imaterial possui, cabe dizer que, para haver a consciência e a valorização desses objetos pelo ser humano envolvido no processo, faz-se necessário conhecê-los para posteriormente fazer-se parte. (CARVALHO et al, 2010, p. 70).

## 2.1 OFICINAS NA ESCOLA ESTADUAL JOAQUIM DE SOUZA COELHO

Foram realizadas oficinas de Educação Patrimonial na Escola Estadual Joaquim de Souza Coelho, durante a disciplina de Estágio Supervisionado I e II, coordenadas pela professora Msc. Antonia Damasceno Barbosa. As oficinas foram realizadas em equipes de 7 componentes, onde todos os participantes tiveram participação em todos os processos de execução das oficinas, desde sua estrutura até a aplicação de todos os processos de apresentação dos conteúdos na escola.

As oficinas tiveram como objetivo conceituar as atividades que foram adquiridas no curso de Bacharelado em Arqueologia, com ênfase na Educação Patrimonial nas Escolas. Proporcionaram aos discentes uma visão de como a sociedade visam às formas de registro do passado. A perspectiva a partir das oficinas tem partilhado conhecimentos sobre a forma de preservação e da importância histórica, cultural e com isso sobre a Arqueologia, trouxe benefícios para ambas às partes, pois colabora nas reflexões sobre a importância dos vestígios arqueológicos, incluindo tudo o que abrange o patrimônio brasileiro, junto às comunidades locais, contribui para a preservação de sítios arqueológicos e coopera para preservação de bens e objetos de valor para a história da sociedade em geral.

### OFICINA 01

As oficinas foram realizadas na Escola Estadual Joaquim de Souza Coelho, situada na Avenida Pedro Moura nº 272, Bairro da Terra Preta, Manacapuru-Am.

Apresentação do conceito de arqueologia em formato de slide, com uso de notebook e data show, e uma breve apresentação de imagens de artefatos arqueológicos. Foram realizadas atividades apresentando o conceito de exposição do patrimônio arqueológico. Em seguida iniciou-se breve palestra sobre o que é patrimônio histórico cultural arqueológico com exposição de imagens das edificações, usando data show e notebook possibilitando a todos um conhecimento breve sobre a importância e contribuição dos mesmos para a população de Manacapuru.

Em seguida apresentaram-se imagens dos registros fotográficos das edificações arquitetônicas. Ao final de cada palestra foram feitas perguntas aos alunos com premiações aos que responderam.

Com o Tema “Conhecendo a Arqueologia” apresentou aos alunos a arqueologia como ciência que estuda a cultura material e imaterial resgatando a história de um povo, dando ênfase na importância da preservação. O público alvo foram alunos do 5º ano da escola Estadual Joaquim de Souza Coelho, aproximadamente 30 alunos.

Foram apresentados os seguintes tópicos: Introdução à pesquisa arqueológica, a natureza da pesquisa arqueológica e Estratégias de pesquisa. Ao decorrer da palestra foi dado espaço para perguntas e resposta estimulando os alunos a participarem da atividade desenvolvida durante a palestra sobre os temas. O resultado esperado era que os alunos possam ter um conhecimento básico da importância do estudo arqueológico a cerca da preservação do patrimônio local.

## OFICINA 02

Com o tema “Conhecendo o Patrimônio” se buscou sensibilizar os alunos da importância de se preservar o patrimônio histórico arqueológico no sentido de manter viva a memória dos nossos antepassados. A palestra foi elaborada com os seguintes tópicos: Estratégias de pesquisa, Registros fotográficos das edificações e Classificações das edificações. O resultado esperado é que os alunos possam assimilar a importância de conhecer e preservar o patrimônio como uma cultura material de uma sociedade.

## OFICINA 03

Com o tema “Exposição do Patrimônio arqueológico” se fez uma exposição do patrimônio arqueológico demonstrando o valor histórico cultural motivando assim que os alunos despertem para a preservação desse objeto seja familiar ou de caráter coletivo. Foi elaborada de acordo com os seguintes tópicos: Fotos das edificações

arquitetônicas, Edificações privadas e Edificações públicas. O resultado esperado é que os alunos envolvidos na atividade possa ter uma noção básica do patrimônio arqueológico, para enriquecer seus conhecimentos e da importância que os mesmos representam para as futuras gerações.



Figura 9: Apresentação na Escola Joaquim de Souza Coelho  
Foto: Jorgeana P. Magalhães, 2017.

Na disciplina de Estágio supervisionado II, foram organizadas atividades de Educação patrimonial novamente na Escola Estadual Joaquim de Souza Coelho, sob orientação da Professora Msc. Antonia Damasceno Barbosa, cujo objetivo foi apresentar aos alunos de 4º ao 8º ano da escola Estadual Joaquim de Souza Coelho as características de um sítio arqueológico de terra preta arqueológica, dando ênfase às informações repassadas nas palestras anteriores. Com o tema Conhecendo um sítio arqueológico, os indicativos de um sítio arqueológico de terra preta de índio – TPI levou aos conhecimentos dos alunos o trabalho desenvolvido pelo arqueólogo durante uma escavação de um sítio arqueológico, levando ao conhecimento dos alunos passo a passo de como identificar o sítio, expondo-os os materiais encontrados em uma determinada unidade escavada, tendo em vista que a falta de conhecimento tem levado a prática de destruição de materiais arqueológicos, considerando, que a ação antrópica também é um fator que contribui para a degradação de um sítio.

Apresentou-se aos alunos de 4º ao 7º ano da Escola Estadual Joaquim de Souza Coelho as características de um sítio arqueológico de terra preta de índio – TPI. Foram dois dias de palestras com as turmas.

No primeiro dia foi elaborada uma apresentação através de slides e banners demonstrando aos alunos o processo de identificação e escavação de um sítio arqueológico, no segundo dia foi montada uma exposição de materiais coletados por alguns moradores do bairro da Terra Preta, juntamente com uma oficina de escavação. Essa sequência se deu para que os alunos compreendessem o sítio arqueológico desde sua identificação até as retiradas dos artefatos, conscientizando para preservação e conservação do mesmo.



Figura 10: Mostra de material coletados por moradores do bairro da Terra Preta  
Foto: Jorgeana P. Magalhães, 2017.

As oficinas realizadas durante o estágio supervisionado I e II fizeram tecer uma reflexão de como o patrimônio é visto pelos moradores, qual é a sua relação com eles, pois foi apresentando um contexto local, que evidenciei diversas histórias de achados, onde percebemos a importância de determinados objetos para a comunidade. Através dessas das praticas de Educação patrimonial percebi que à medida que você apresenta um determinado objeto aos expectadores, nota-se a grande curiosidade em entender a importância de tais materiais para sua história e identidade cultural.

### 3.0 PLANOS E AÇÕES VOLTADAS PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Segundo Bezerra (2010), O desenvolvimento de projetos educativos para a divulgação da Arqueologia no Brasil mobilizou, por décadas, apenas um reduzido número de pesquisadores. Com a criação da Portaria do Iphan – 230/2002 -, sua realização se multiplicou em razão da obrigatoriedade de inclusão de projetos de Educação Patrimonial (EP), no âmbito dos Projetos da chamada Arqueologia de Contrato no país. Em seis anos, o crescimento exponencial da Arqueologia de Contrato originou um volume, ainda não mensurado, de projetos de EP. Na ausência de parâmetros para sua elaboração e avaliação, corre-se o risco de apresentar concepções equivocadas, tanto da Arqueologia, quanto da Educação.

As atividades de educação patrimonial ainda são pouco conhecidas por grande parte da sociedade, apesar de existir leis que regem sobre essas atividades o número ainda é pouco expressivo, isso devido aos poucos projetos de salvamento e a grande demora que é necessária para conseguir autorização para realização de projetos de salvamento, e essa questão ainda são pontos necessários para o processo de ações necessárias pela preservação do patrimônio arqueológico.

De acordo com Schmitz (1988) Com o desenvolvimento da Arqueologia estão se tornando cada vez mais frequentes as reuniões para discutir estratégias de proteção, defesa e salvamento do patrimônio arqueológico brasileiro. A última delas ocorreu na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em novembro de 1988, contando com a presença dos funcionários da Coordenadoria da Arqueologia da SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), de um número representativo de arqueólogos e de outros interessados de todo o país, inclusive de empresas que, na sua atividade, atingem e colocam em risco sítios arqueológicos.

Apesar de grandes esforços para discutir estratégias de proteção do patrimônio arqueológico, a criação de leis, os esforços de algumas pessoas, ainda há muito que chamar a atenção para preservação de uma grande demanda de materiais, no caso do bairro da Terra Preta que é rico em (TPA) terra preta arqueológica e a grande quantidade de vestígios cerâmicos dispersos por todo o bairro para um pequeno

número de profissionais na área da arqueologia e afins, porém quando algumas medidas envolvendo comunidades e pesquisadores afins de um mesmo propósito no caso a proteção e preservação da cultura material, pode ser gratificante para ambos os lados, pois, o que não se conhece não se dar valor, é de grande relevância que busquemos levar e demonstrar que o patrimônio está se perdendo e com isso uma herança cultural que pode nos revelar grandes feitos de uma sociedade, é de suma importância que passemos a compreender que pequenas atitudes podem gerar grandes acontecimentos para sociedade.

De acordo com Schmitz (1988), Uma forma importantíssima de instruir e conscientizar o povo é o próprio trabalho de campo, qualquer que ele seja, porque aí se dá o contato direto entre a pessoa do arqueólogo ( para uns mítica, para outros odiada) e os moradores do local, detentores reais dos sítios e os mais aptos a valorizá-los e defendê-los.

Neste capítulo ressalto como é o panorama do patrimônio arqueológico dentro da comunidade e como está à questão dos pesquisadores diante das práticas de ações de Educação Patrimonial, relatando se houve ou não pesquisa de cunho científica no bairro e se os moradores receberam alguma informação a respeito de seus patrimônios. Diante disso demonstrarei algumas atividades que foram propostas durante a minha formação acadêmica na matéria de Estágio supervisionado I e II, onde ocorreram oficinas de educação patrimonial e que serviram de alicerce para construção de algumas metas para preservação do patrimônio, em segundo momento ocorreram às conversas com alguns moradores demonstrando a importância de tais materiais para a comunidade.

De acordo com Bezerra (2011) O trabalho do arqueólogo é de natureza interventiva, desde o momento de sua chegada ao local, onde as pesquisas de campo terão lugar, até as interpretações dos vestígios arqueológicos e a consequente construção de uma dada visão do passado. A Arqueologia Pública lida, especialmente, com essa faceta de nosso trabalho e propõe não apenas o reconhecimento do 'outro', mas a sua participação em todo o processo investigativo, assim como o gerenciamento comunitário do patrimônio arqueológico.

De acordo com os moradores do bairro em que tive a oportunidade de conversar e expor um pouco de informações sobre o patrimônio arqueológico foi relatado que nunca souberam sobre nenhuma prática de cunho científica, escavações, planejamentos, ações com relação ao patrimônio. E o bairro por ser bastante promissor tanto em vestígios e por conter uma história tão significativa pra cidade de Manacapuru, pois foi o primeiro bairro e, por conseguinte onde se instalaram os primeiros moradores, segundo alguns relatos, no dia a dia da comunidade era encontrado muitos vestígios cerâmicos, através de coivaras para plantação local e quando escavavam seus terrenos para construções. A gama de materiais que foi coletada por moradores não se tem contagem, porém a cada morador entrevistado, a certeza de muitos vestígios encontrados e isso há muito tempo atrás. Hoje o bairro sofreu grandes modificações, habitações, obras do poder público, terrenos invadidos, e isso em sua grande parte sem se quer ter um licenciamento prévio. A arqueologia, ciência que necessita e muito de que se procure diariamente a preservação do patrimônio, com relação ao bairro deixou muito a desejar, mas isso é o universo em que vivemos como pesquisador, poucos profissionais, para uma imensidão de sítios arqueológicos, e apesar de já existirem leis que protegem nosso patrimônio, grande parte da população desconhece essas leis e também desconhece o valor do nosso patrimônio, e isso é um dever do pesquisador ter uma relação cotidiana com a comunidade local em que está realizando sua pesquisa, pois através disso atrai os moradores para vivenciar de perto e conhecer como cada material encontrado tem uma importância significativa para ele mesmo.

Segundo Bezerra (2011), entende que a Arqueologia Pública é uma forma de praticar a Arqueologia e que compreende o fazer arqueológico dentro de uma perspectiva circular (Bezerra, 2009b), na qual as narrativas locais sobre o passado são consideradas na construção e na reorientação das pesquisas acadêmicas; e não como um conjunto de ações para o público, entendido de maneira genérica.

É importante que exista uma conexão entre pesquisador e comunidade para que ambos obtenham conhecimento a cerca da cultura local e através disso entender como e o porquê de se preservar nosso patrimônio, cabe a qualquer pessoa o ato de preservar, só precisamos demonstrar o significado do patrimônio para que assim

possamos ter resultados satisfatórios tanto nas pesquisas, quanto na preservação do patrimônio.

Segundo Funari (2001) Para o povo, há, pois, um sentimento de alienação, como se sua própria cultura não fosse, de modo algum, relevante ou digna de atenção. Tradicionalmente, havia dois tipos de casa no Brasil: as moradas de dois ou mais andares, chamados de “sobrados”, onde vivia a elite, e todas as outras formas de habitação, como as “casas” e “casebres”, “mocambos” (derivado do quimbundo, *mukambu*, “fileira”), “senzalas” (locais da escravaria), “favelas” (tugúrios) (Reis Filho 1978: 28). O resultado de uma sociedade baseada na escravidão, desde o início houve sempre dois grupos de pessoas no país, os poderosos, com sua cultura material esplendorosa, cuja memória e monumentos são dignos de reverência e preservação e os vestígios esqualidos dos subalternos, dignos de desdém e desprezo. Como enfatizou o grande sociólogo brasileiro, Octávio Ianni (1988: 83), o que se considera patrimônio é a Arquitetura, a música, os quadros, a pintura e tudo o mais associado às famílias aristocráticas e à camada superior em geral. A Catedral, frequentada pela “gente de bem”, deve ser preservada, enquanto a Igreja de São Benedito, dos “pretos da terra”, não é protegida e é, com frequência, abandonada. Os monumentos considerados como patrimônio pelas instituições oficiais, de acordo com Eunice Durham (1984: 33), são aqueles relacionados à “história das classes dominantes, os monumentos preservados são aqueles associados aos feitos e à produção cultural dessas classes dominantes. A História dos dominados é raramente preservada”.

O bairro da Terra Preta não possui grandes construções, monumentos históricos, estatuas, ou a algo que possa ser agregado a cultura e tradição do bairro, o que o bairro possui de mais rico e que possa contar a história e identidade de seu povo são os diversos vestígios cerâmicos que ainda se encontram em alguns locais do bairro, por isso a preocupação com esses materiais por que tem toda uma história que não está sendo valorizada, são peças fundamentais para os estudos dos nossos antepassados, é através desses vestígios que a arqueologia consegue explicar as diversas formas de cultura dos povos pré-históricos e contemporâneos, por isso a preocupação em repassar a comunidade o conhecimento sobre a importância de cada vestígio cerâmico para os moradores do bairro e para ciência arqueológica.

Segundo Schmitz (1988) A maior ou menor valorização de uma ou outra parcela deste patrimônio depende, naturalmente, da ideologia do Estado que o manejo, do conceito que a população faz de sua própria história, do bloco econômico no qual se incorpora e do mesmo conceito desse patrimônio. Num país, onde o povo está consciente de uma continuidade generacional e cultural através de milênios, o manejo dos bens arqueológicos juntamente com os históricos, deverá ser mais fácil do que naquele em que a população nativa não só é considerada como não fazendo parte da história do povo, por indigna ou inimiga, como só é incorporada acidentalmente no relato no relato histórico como mão- de- obra escrava ou descartável, como aconteceu predominantemente no Brasil. O patrimônio arqueológico pode, então, não ser considerado como herança das gerações anteriores de nossa linhagem, embora nas veias de muito brasileiro corra sangue indígena, mas como uma curiosidade e um recurso para fazer pesquisa científica sobre o Homem, sua Cultura e sua Sociedade.

## CONCLUSÃO

Durante a pesquisa feita no bairro da Terra Preta foi notório que ainda há muito materiais cerâmicos dispersos por grande parte de algumas residências, apesar de muito já se ter perdido, ainda a tempo de tomarmos consciência da importância de nossa cultura material, de nossa identidade. Durante as entrevistas com moradores do bairro, pode-se notar que muito dos materiais que foram coletados ou doados ou então foram degradados por motivos de construções habitacionais ou obras de interesse público, isso maioria, foi por grande parte dos moradores não conhecerem o que esses materiais podem fornecer de informações e o quão são importantes para a história não só do bairro, mas para a sociedade em geral, que desconhecem sua identidade cultural e não tratam com o grau de importância que esses materiais necessitam.

O objetivo que orientou a presente pesquisa foi à tentativa de entender a relação estabelecida entre patrimônio e comunidade, no contexto do bairro da Terra Preta em Manacapuru-Am. Considerando que os trabalhos de Arqueologia causam diferentes impactos nos municípios, propus planos e ações para perceber a relação e influencia a qual as pessoas percebem o patrimônio arqueológico. Partindo da hipótese que as ações arqueológicas no bairro da Terra Preta foram esquecidas, aonde a comunidade não chegou de fato a conhecer seu patrimônio. Paralelamente utilizei como pano de fundo para esse debate, o contexto em que se encontram os variados vestígios dispersos por todo o bairro, que vem sendo alvo de moradores que não conhecem a importância de tais vestígios e negligência por parte da administração municipal de Manacapuru. O bairro foi aqui compreendido como um espaço que possibilitou refletir não só como o patrimônio arqueológico vem sendo entendido e abordado pelos gestores culturais, mas introduziu a perspectiva do patrimônio arqueológico no contexto do patrimônio cultural local. Em termos práticos, no capítulo 1, busquei relatar o histórico do bairro da Terra Preta. Isso se deu através de consultas bibliográfica e entrevistas com os moradores mais antigos do bairro. Para conduzir tal discussão, parti de uma perspectiva que entende a Arqueologia enquanto disciplina que precisa ser socialmente engajada e que busque uma interação com o público em suas ações. Em

vista disso, esse trabalho foi baseado na abordagem da Educação Patrimonial e a Arqueologia Pública.

Arqueologia não se trata só de escavar, é também pensar o fazer arqueológico. Trata-se também de ouvir o “outro”, inserir a comunidade no diálogo, mas não como uma fonte de informações, mas sim, pensando até mesmo a pesquisa a partir das demandas e falas dessas pessoas. Busca produzir um conhecimento, no qual se reconheça os saberes tradicionais e se leve em consideração que existem diferentes forma de ver e interpretar o mundo, cujas contribuições podem encaminhar para um papel de proteção para o patrimônio arqueológico. Em vista desse debate, no capítulo 2, apresentei a importância do patrimônio arqueológico para os moradores do bairro da Terra Preta. Busquei identificar elementos de um pensamento que relatasse como o material arqueológico era visto e tratado pelas pessoas, observando como essas histórias são construídas em detrimento de outras. Esse exercício pôde refletir em como a história do bairro foi construída e como essa história oficial reflete nos termos de proteção do patrimônio cultural no bairro. No capítulo 3, o foco foi o contexto dos planos e ações voltados para preservação do patrimônio. O objetivo era apresentar esse cenário mais amplo de ações, para posteriormente focar nos trabalhos desenvolvidos no bairro da Terra Preta. O bairro da Terra Preta não é alvo de pesquisas arqueológicas, isso é desconhecido desde então. A comunidade local não tem nenhum conhecimento de pesquisas durante todo esse período. Porém, esses moradores ficam a margem da construção de sua história e cultura pela Arqueologia. A partir das análises dos trabalhos realizados no município, acredito que houve sempre certo distanciamento entre patrimônio e a comunidade. O que pude evidenciar desse distanciamento, foi durante as entrevistas feitas, onde relatos contam que não há ou houve nenhuma pesquisa no bairro.

Concluimos que nesse cenário de distanciamento entre comunidade e patrimônio, percebemos que a comunidade não foi englobada em ações como fonte de informação para fomentar pesquisas que possam contemplar a comunidade.

A partir das observações feitas dentro desse cenário, tive elementos para pensar o papel da Arqueologia e a importância do acervo arqueológico para a comunidade. O

que constatei, foi que o acervo arqueológico é um fator secundário dentro desse debate em torno da proteção do patrimônio cultural. Não existe alguma preocupação, por parte de alguns antigos moradores em relação ao patrimônio cultural. Além disso, muitos não têm nem conhecimento desses materiais. Grande parte do material arqueológico está dispersos em superfície sem nenhuma proteção, sem nenhuma outra utilidade. Diante do meu trabalho de campo, percebi que essa perspectiva sobre a preservação e conhecimento do patrimônio cultural compartilhada pelo bairro da Terra Preta, é fruto de uma influência do não conhecimento da importância desses materiais para sua história e identidade cultural. Desde então, o bairro vem lidando com uma visão de verdadeiro desinteresse pelo patrimônio arqueológico em suas ações. As pessoas continuam pegando materiais dos sítios arqueológicos levando e guardando em suas casas, pois elas entendem que é assim que se preserva um patrimônio. A meu ver essa forma na qual o termo patrimônio vem sendo entendido e empregado na comunidade precisa ser construído. Pensar em planos e ações que incluam questões relacionadas à construção social do patrimônio cultural. O termo patrimônio cultural é visto na maioria das vezes como algo que possui um aspecto identitária, remetendo a algo onde as pessoas deveriam se identificar, se reconhecer naqueles objetos, costumes e narrativas.

Mas o que fica dessas percepções no contexto do bairro da Terra Preta, é que há um distanciamento em preservar material arqueológico, fazendo uma analogia, o patrimônio arqueológico se tornou como um objeto sem mera importância no bairro. No entendimento do bairro um “caco” cerâmico feito pelos índios. No caso do bairro da Terra Preta, os fragmentos arqueológicos, ao serem tirados da terra, se tornaram cacos cerâmicos guardados em sacos plásticos. Hoje, esses fragmentos não têm utilidade e estão em péssimo estado de conservação. Em vista disso, continuaram se perdendo e sem utilidade nenhuma tanto para comunidade quanto para a Arqueologia.

## REFERENCIAS

AMORIM, Antônio Ailson Cavalcante de. Terra Preta: a origem./ Antônio Ailson Cavalcante de Amorim – Manaus: Editora Valer, 2013.

BARRETO, Mauro Vianna. Abordando o passado; uma introdução à Arqueologia / Mauro Vianna Barreto – Belém : Paka-Tatu, 2010.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. O patrimônio arqueológico brasileiro. **Revista de Arqueologia**, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 11-18, jun. 2017. ISSN 1982-1999. Disponível em: <<http://www.revista.sabnet.com.br/revista/index.php/SAB/article/view/64>>. Acesso em: 20 set. 2017.

SOLOS da Terra Preta podem ser solução para a Agricultura na Amazônia. Disponível em <<http://www.museu-goeldi.br/destaqueamazonia/tpa.htm>> Acesso em: 01 de jul. de 2017.

BEZERRA, Marcia. **OS SENTIDOS CONTEMPORÂNEOS DAS COISAS DO PASSADO: REFLEXÕES A PARTIR DA AMAZÔNIA**. *Revista de Arqueologia Pública*, n.7, julho 2013. Campinas: LAP/NEPAM/UNICAMP. ISSN: 2237 8294

BEZERRA, Marcia. **“As moedas dos índios”:** um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 6, n. 1, p. 57-70, jan.- abr. 2011

BEZERRA, Marcia. Nossa herança comum: considerações sobre a educação patrimonial na arqueologia amazônica. 2010.

FUNARI, P.P.A. Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, 41, ½, 2001, 23-32.

MEDEIROS, Mércia Carréra de. **A Importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009

CARVALHO, Simone Marcela Souza de. **O DESAFIO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL ARQUEOLÓGICA COMO BASE PARA UMA CONSCIÊNCIA CULTURAL E TURÍSTICA**. *Revista Eletrônica Aboré - Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo Manaus - Edição 05 Dez/2010 ISSN 1980-6930* 68.